

INCLUSÃO EM AÇÃO: OS DESAFIOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Gabriela Fogaça Beltran¹

RESUMO

Este artigo traz a reflexão sobre políticas de inclusão, as leis e conceitos, considerando a realidade educacional. Sabemos que a escola é uma instituição que promove o saber, preparando o sujeito para viver em sociedade, demonstrando que todos podem compartilhar do mesmo local independente de suas limitações. Tornando a escola um local preparado para a educação inclusiva. O objetivo desse trabalho é falar sobre a educação inclusiva nas instituições públicas, os desafios do dia a dia, as ações necessárias para pôr em prática todas as melhorias e adaptações e as principais dificuldades do processo de inclusão. Através dessa pesquisa exploratória e bibliográfica, compreendi que são muitos os obstáculos, mas com muita força de vontade, trabalho, planejamento e com recursos financeiros, o trabalho de inclusão pode ser feito. O tema traz reflexões sobre a importância de entender o que de fato é a inclusão, sobre a participação do governo, com ações e investimentos necessários para realmente fazer uma escola inclusiva.

Palavras-chave: Exclusão. Educação Inclusiva. Dificuldades. Escola Pública. Direitos.

¹ Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Santo Amaro – UNISA, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do Prof. Me. Ieda Maria da Silva Pinto Barbosa. E-mail: tccpedagogiaead@unisa.br Data de entrega: 22 jun. 2022.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir a inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas públicas, e as condições dos profissionais e das escolas para receber estas crianças.

Independente das diferenças de cada indivíduo, todos tem direitos à educação, este é o princípio de inclusão - inspirada na Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008.

Uma escola inclusiva, tem o papel de dar oportunidade para todas as crianças, seja qual for a deficiência do aluno e todas elas têm o direito à educação em escola regular. A responsabilidade da equipe diretiva (equipe formada pelo diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e o orientador) é garantir que o processo de inclusão aconteça e dê certo.

Como ação principal, a escola tem o objetivo de construir o conhecimento. Seu desafio é tornar-se uma instituição inclusiva. Mesmo com algumas tentativas de inclusão, por vezes a prática mais exclui, do que inclui.

É de extrema importância a discussão sobre o tema em questão, pois mesmo com tantas leis, sabemos que para os deficientes a verdadeira inclusão não é algo tão real. Muitas escolas não estão preparadas, e isso não é um problema só das escolas públicas, a rede privada também tem suas falhas. Será utilizado neste artigo a pesquisa bibliográfica como método de trabalho, utilizando leis, documentos oficiais, livros e artigos sobre o a inclusão nas escolas públicas no Brasil.

Todos os alunos são capazes de aprender: o professor deve estar atento para as necessidades dos alunos, pois este processo é individual. É muito importante saber valorizar a diversidade, estimular os alunos a terem o melhor desempenho. Por exemplo, os alunos com deficiência auditiva e visual desenvolvem o pensamento conceitual e a linguagem. Os alunos com deficiência mental as vezes enfrentam mais dificuldade no processo de alfabetização, porém são capazes de reconhecer gráficos

e sinais, desenvolver a oralidade. Sem usar critérios comparativos, assim deve ser feita a avaliação para ver os avanços alcançados de cada aluno.

Acompanhando a evolução da história da inclusão, podemos ver que ela é bem recente. Não só para a nossa sociedade, mas para o mundo a abordagem do tema é recente. Infelizmente devido ao preconceito, a inclusão não recebia a atenção devida.

Contudo, vale lembrar que o preconceito com os deficientes não surgiu “agora”. Segundo alguns registros históricos, podíamos ver e ter uma noção de como eram tratados os deficientes.

As práticas de inclusão podem ser observadas nas escolas públicas paulistas desde a década de 80, mas somente em 88 a inclusão passa a ser cogitada no Brasil, após a Constituição Federal citar no artigo 208, inciso III, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

São muitos os desafios encontrados na educação no Brasil, as escolas sem condições de receber adequadamente os alunos, falta de recursos para os professores, ausência de aulas atrativas, profissionais desmotivados e desvalorizados. Diante de todos os desafios, como os professores das escolas públicas podem oferecer uma educação inclusiva eficaz?

O objetivo principal dessa pesquisa é mostrar as dificuldades principais que as escolas públicas enfrentam para concluir o trabalho de inclusão de forma eficiente. Quando falamos de eficiência, queremos dizer se o processo de inclusão integra de fato o estudante. Essa “inclusão” de simplesmente “depositar” a criança na escola só para cumprir as leis de inclusão, só exclui a criança, pois o professor na maioria das vezes não está qualificado, não tem apoio e nem material para trabalhar com as crianças, as escolas não estão aptas para receber essas crianças. Infelizmente são vários os fatores que contribuem para o fracasso desse processo.

2. CONCEITOS E ASPECTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Educação inclusiva não é só tornar a escola acessível, para este processo ter sucesso total os obstáculos e desafios devem ser identificados e eliminados. Só assim os estudantes terão acesso integral a uma educação que atende suas necessidades de aprendizagem com qualidade e não serão excluídos.

Quais os desafios das instituições brasileiras de ensino e dos educadores, para fazer a inclusão de estudantes. Os educadores sentem-se desqualificados e/ou despreparados, sem suporte para atender os alunos, por outro lado tem o dilema que as famílias enfrentam, dificuldade de encontrar uma escola que respeite os direitos dos estudantes com deficiência. É evidente que a inclusão nas instituições de ensino tem vários graus de responsabilidade (gestão escolar, familiar e pedagógica, políticas públicas), criando condições em que as famílias se sintam acolhidas, que todos sejam bem atendidos.

De acordo com Rogalski (2010), até a década de 50, não se falava de educação inclusiva no Brasil, somente a partir de 70 que passou a ser discutida e importante para os governantes. Com a criação de órgãos normativos, estaduais, federais, instituições privadas e públicas. De acordo com as pesquisas realizadas alguns autores acreditam que este formato foi fortemente influenciado pelas informações migradas da Europa, e ficou no país até o fim do século XIX. Este tema é bem atual, pois já existem garantias para o acesso ao ensino, trabalho (as leis). A fim de ser uma sociedade totalmente igualitária, houve uma batalha contra a discriminação a partir do século XX.

Cavalcante (2011), no século XX foram intensificados os atos para combater a discriminação contra as pessoas com necessidades especiais, atos esses que apoiavam a total liberdade das pessoas deficientes exercessem seu papel da sociedade. Durante este período vários movimentos sociais se mobilizaram e lutavam por uma sociedade totalmente inclusiva. Referente as mudanças do século XX, salienta-se:

A partir do século XX, gradativamente, alguns cidadãos começam a valorizar o público deficiente e merge a nível mundial através de movimentos sociais de luta contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. Nesse período histórico corroboram as críticas sobre as práticas de ensino da época, conduzindo também a questionamentos dos modelos análogos do ensino e aprendizagem, gerando exclusão no cenário educacional. (SOUTO, 2014, p. 16)

De acordo com Souto (2014), no período do império, o Brasil cria o entendimento sobre pessoas com necessidades especiais, inaugurando duas instituições importantes para os portadores de necessidades especiais, O Imperial dos meninos cegos, em 12 de setembro de 1854 (hoje, Instituto Benjamin Constant – IBC) e o Instituto dos surdos mudos em 1857 (hoje, Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES), os dois estão localizados no Rio de Janeiro.

Muitas mudanças marcantes que contribuíram para uma transformação positiva na vida das pessoas com necessidades especiais aconteceram no século XX, por exemplo os avanços da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 4.024 de 1961, lei esta que determina o direito das pessoas com necessidades especiais, apontando o direito à educação, preferencialmente dentro do sistema de ensino de um modo geral. Em 71 a lei foi revogada pela Lei nº 5.692, que mudou a organização dos alunos com necessidades especiais, sejam elas físicas, mentais e/os que se encontram em atraso de modo considerável comparado com os outros alunos da mesma faixa etária e os superdotados.

Em 03 de julho de 1973 segundo decreto nº 72425, Ministério da Educação e Cultura (MEC), criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), com a finalidade de promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais.

A Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, fala sobre a obrigatoriedade de todas as escolas em aceitar matrículas de alunos com deficiência – e transforma em crime a recusa a esse direito. Aprovada em 1989 e regulamentada em 1999, a lei é clara: todas as crianças têm o mesmo direito à educação.

Entre 7 e 10 de Junho de 1994, foram reafirmados o compromisso com a educação para todos, reconhecendo a necessidade e urgência da educação para as crianças,

jovens e adultos com necessidades especiais dentro do sistema de ensino, estamos falando da declaração de Salamanca.

A Declaração de Salamanca aumentou preocupação com as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, onde todas as crianças que de algum modo não estejam conseguindo ter benefícios ao frequentarem a escola, seja por qual motivo for.

Desde modo a ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir além de crianças portadoras de deficiências, crianças que estejam passando por dificuldades temporárias e/ou permanentes na escola, crianças que estejam sendo reprovadas continuamente, crianças que infelizmente tenham que trabalhar para ajudar em casa, as crianças que moram longe da escola, e/ou as crianças que moram na rua, que vivem em condições de pobreza extrema, ou por simplesmente estarem fora da escola, seja o por qual motivo for.

O Brasil foi um dos países que “seguiu” a declaração, assumiu o compromisso que independentemente das dificuldades, todas as crianças devem estar incluídas. A Declaração de Salamanca, especifica que todas as crianças com necessidades educacionais especiais tenham acesso à escola regular, sendo acolhidas em uma pedagogia voltada para as crianças. Reforçando o direito à uma educação que considere os interesses, características de cada educando, assim evitando a exclusão e discriminações escolares. Propondo que as escolas se capacitem para atender a todos.

Por muito tempo o Brasil tem discussões teóricas que acabou na aprovação de uma legislação para a educação inclusiva, como foco os alunos com necessidades especiais. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial da Educação Básica, ambas de acordo com os princípios da Constituição Brasileira de 1988.

A principal ideia é a escola baseada em valores como, tolerância, convivência, democracia, liberdade, pluralidade, singularidade, respeito, solidariedade e equidade deveriam:

(...) acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas (...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (BRASIL, 1994, p.6).

A partir da LDB de nº 9.394/96 ficou determinado que os alunos portadores de necessidades especiais fossem atendidos em classes regulares, independente da instituição de ensino ser pública ou privada, com professores devidamente especializados para atender esses alunos, os autores ressaltam, que está inclusão encontra vários obstáculos, impossibilitando que seja uma realidade de fato. Estabelecendo que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996, p. 19).

A inclusão escolar traz uma política cuidadosa com a necessidade de atendimento diferenciado para vários tipos de alunos. Foi o que estipulou denominar a educação especial ou atendimento educacional especializado na educação regular.

O Ministério da Educação, através das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, esclarece que:

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida apenas ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, físico-motoras e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. Hoje (...) a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger (...) dificuldades de aprendizagem relacionadas à (...) dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento (...) como (...) a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, de comportamento; e ainda fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional (BRASIL, 2001, p. 43-44).

Ao longo dessa pesquisa, podemos perceber que a efetivação da educação inclusiva no Brasil foi bem devagar, porém foi fundamental a preocupação dos governantes para que os avanços fossem feitos de forma eficaz. Educação e inclusão estão ligadas, pois é na escola que se prepara as futuras gerações, se constrói um cidadão. Claro que tudo isso só é possível com a parceria entre escola e família, agindo juntas, estimulando a criação de valores, respeito a diversidade, mostrando que todos são iguais, tem as mesmas oportunidades mesmo com as suas diferenças físicas ou intelectuais.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

O Brasil ainda passa por muitos desafios quando o assunto é educação, mais ainda com educação inclusiva. Para os estudantes com necessidades especiais alcançarem um desenvolvimento completo é necessário o contato com outros grupos, a diversidade promove um ensino-aprendizagem pleno. Muitas vezes, infelizmente, a ideia de inclusão fica apenas na teoria e na prática fica comprometida.

A educação inclusiva busca unir grupos de alunos que sejam diferentes entre si, sendo muito importante para escola, e acaba trazendo benefícios para sociedade, porém apresenta muitos desafios a serem superados. Com a proposta de educação inclusiva, as turmas devem ser mistas, ou seja, todos os alunos juntos. Mas será que as instituições estão preparadas para esta inclusão? Fica difícil para alguns a compreensão que, a escola deve ser igual para todos e diferente para cada indivíduo.

Segundo o Ministério da Educação, a escola Especial é definida como:

Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (...) em todas as etapas e modalidades da educação (BRASIL, 2001, p.39).

Em relação à implementação e implantação da educação especial, as diretrizes no MEC presumem o atendimento prioritário na rede de ensino, com a organização de classes comuns e de serviços pedagógicos especializado, as classes especiais são aprovadas apenas em condição de extraordinário e breve, contrariando os princípios da educação inclusiva pelo seu caráter segregador. Podemos perceber que é uma proposta totalmente radical oposta à concepção de turmas semelhantes, prática da velha segregação, os alunos “diferentes” são encaminhados para instituições especializadas ou mantendo o contexto da escola regular, mas com salas especiais, separando os alunos especiais do convívio com os outros alunos “normais”

Esta postura resulta, muitas vezes, de uma total insensibilidade, mas também de uma resistência muito forte ao contato diário e intenso entre crianças com e sem deficiências, até porque os alunos com deficiência têm limitações físicas, sensoriais ou intelectuais significativas por definição e necessitam de instrumentos e apoios que os demais alunos não necessitam. Só que esses apoios podem perfeitamente ocorrer de maneira concomitante com o acesso à escola comum, de várias formas. O que não pode é se admitir a educação especial, totalmente substitutiva do ensino comum, como sistema de ensino à parte, pois isso resultaria no exercício de ‘direitos separados’ (...). Fora isso, a falta desse contato diário e intenso gera um prejuízo para todas as crianças, com e sem deficiência. (BRASIL, 2006, p. 55).

Para ser implantada no Brasil, a educação inclusiva encontra vários desafios, um deles é o despreparo da comunidade escolar em saber lidar com os alunos especiais. A educação deveria ser voltada à inclusão, temos a língua de Sinais Brasileira, que é reconhecida como a segunda língua do país, mas ela só é ensinada para alunos surdos, não se estende para os demais alunos sem a deficiência.

Seguindo os desafios que a educação especial enfrenta, devemos citar o preconceito, pois ele acaba sendo um dos maiores desafios encontrados. Vale ressaltar que a educação inclusiva engloba 3 grupos, sendo eles:

- 1- Alunos com deficiência;
- 2- Alunos com transtorno do espectro autista ou com transtornos globais de desenvolvimento;
- 3- Alunos superdotados ou com diversas habilidades

Por falta de conhecimento, muitas vezes o preconceito e segregação acontecem, a falta de reconhecimento do indivíduo como um ser igual e merecedor de respeito.

A falta de visibilidade dada as pessoas especiais no Brasil alimentam este preconceito. Nos dias de hoje não é comum ver pessoas deficientes em cargos altos, sendo representados nas mídias, como novelas, telejornais etc., essas atitudes acabam tornando essas pessoas “invisíveis” diante à sociedade.

Nos ambientes escolares sabemos que este preconceito e segregação acabam sendo motivos de bullying, uma prática que deve ser eliminada a todo custo. Este preconceito pode ser banido a partir do momento em que, os alunos “normais” têm contato direto com o outro que seria “diferente”, aprendendo a respeitar e a conviver com as diferenças do outro, aplicando as competências socioemocionais na rotina escolar. Por estes e outros motivos, que cada vez mais e com mais perseverança a educação inclusiva deve ser implantada em todas as escolas do país, para que comportamentos preconceituosos sejam extintos.

Quando os alunos que não são especiais têm contato com os outros alunos que são, eles acabam encontrando dificuldades na hora de se comunicar, fazendo com que o processo de inclusão não ocorra.

Na maioria das vezes professores, coordenadores, diretores, estudantes e funcionários, não possuem também capacitação para receber alunos especiais, sendo um empecilho para aplicação total da inclusão.

Outro desafio bem subentendido no Brasil, é a infraestrutura das instituições de ensino para aplicação da educação inclusiva. Para receber e desenvolver o melhor ensino-aprendizagem de alunos especiais, a instituição de ensino deve ser estruturada. Equipada, acessível, com banheiros acessíveis, piso diferenciado, rampas e as demais medidas de acessibilidade. Estes alunos que precisam de medidas especiais devem se sentir acolhidos, incluídos, como qualquer outro aluno. E tudo isso começa com uma instituição bem estruturada. Porém na prática nem sempre essas exigências são cumpridas, principalmente nas instituições públicas, que contam com o baixo investimento do governo, dificultando a inclusão desses estudantes na escola.

Os gestores municipais e estaduais administram os recursos enviados pelo governo federal e ficam responsáveis pela organização dos sistemas de ensino voltados à diversidade, fiscalizado e fidelizando parcerias com instituições especializadas.

A falta de profissionais especializados em educação inclusiva é mais um dos desafios da rede de educação pública no nosso país, e infelizmente os que estão “capacitados” sofrem e estão sobrecarregados com diversas funções, já que precisam fazer o papel de “tradutores” e ainda de professores regulares, quando estes não forem capazes de lidar com alunos especiais, deste modo acabam sendo um dos grandes desafios da educação inclusiva no país.

Em muitos casos, é necessário ter um profissional especializado diariamente lado a lado do estudante especial, para que aconteça a inclusão de forma plena. Prática essa importantíssima, pois esse profissional será o elo entre aluno especial e professor. Este profissional e o professor regular seguiram o mesmo caminho no desenvolvimento completo do aluno. Mas o déficit destes profissionais, por diversas vezes torna a educação inclusiva incompleta.

O que fazer para combater os desafios e alcançar uma educação inclusiva plena? Não basta só conhecer os desafios da educação inclusiva no Brasil, é necessário muito mais do que isso. Identificar maneiras de contornar esses desafios e assim realmente incluir alunos especiais em instituições públicas regulares de maneira total e plena.

Para vencer este desafio, podemos adotar algumas práticas inclusivas, como:

- Em sala de aula: respeite os diferentes ritmos de aprendizados
- Capacitar a equipe pedagógica
- Focar nas competências do aluno e não somente nas suas dificuldades

São apenas algumas das práticas inclusivas que podemos adotar nas escolas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para ser concretizada a educação inclusiva em todas as instituições públicas do Brasil, é imprescindível participação integral de seus os indivíduos, ou seja, gestores, professores, pais, alunos e a comunidade.

A mudança efetiva acontecerá de acordo com as parcerias firmadas entre governo, escola, universidades e comunidade, criando condições para debates de ideias, conscientização, compromisso coletivo. Para que uma escola se torne inclusiva é necessário ter respeito por todos, que todas as diferenças e dificuldades sejam respeitadas. Tornando-se o espelho da diversidade social.

Este trabalho de pesquisa tem um papel importante para entendermos como a escola é importante para todos, na escola reforçamos os valores que foram ensinados pela família, assim dá para construir uma comunidade melhor, trabalhando a diversidade de forma livre e natural, isso acaba tornando um ambiente de troca de experiências, ideias, crenças, culturas e valores. Um ambiente “leve” onde todos são respeitados e livres para viver com todos.

Claro que, infelizmente tudo não acontece tão fácil, como num passe de mágica, mesmo sabendo qual seria a solução do problema, por que temos tanta dificuldade e desafios para conseguir alcançar o nosso objetivo, que é a educação para todos sem exceção? Podemos ver nesta pesquisa, quantos obstáculos e desafios as instituições ensino enfrentam, principalmente a rede pública, tornando o processo de implementação da educação inclusiva uma grande batalha. Vimos também como é importante esse trabalho em conjunto.

Se os nossos governantes fizessem o seu trabalho direito, e colocasse em prática tudo o que está na lei, tudo seria diferente para alunos e quando digo isso, falo de todos os alunos, sejam eles portadores de alguma deficiência ou não. Não adianta só disponibilizar vagas em instituições de ensino regular, mas sim oferecer uma escola pronta, preparada para receber todos, a valorização dos professores e investimento em capacitação, também seria uma das soluções para obter sucesso nesse processo.

Com o apoio da família, do governo, dos professores e da comunidade, vamos vencer e fazer um país justo e melhor para todos, a nossa maior arma é a educação.

Educação para todos, sem exceção!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB-** Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, MEC, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 55/2007, prorrogado pela portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.

CAVALCANTE, M. **Contexto histórico da construção da Educação Inclusiva no Brasil.** 2011. Disponível em: www.inclusaoja.com.br. Acesso em 15 jun 2022.

DINIZ, Y. **Conheça os desafios da educação inclusiva no Brasil e saiba como combatê-los.**2020. Disponível em: <https://educacao.imagine.com.br/os-desafios-da-educacao-inclusiva-no-brasil/> Acesso em 15 jun 2022.

MENEZES, E, T de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 19 jun 2022.

NETO, C. **O que fazer para melhorar a inclusão nas escolas?** 2019. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2293/o-que-fazer-para-melhorar-a-inclusao-nas-escolas>. Acesso em 17 jun 2022.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do surgimento da Educação Especial.** In: **Revista de Educação do IDEAU, vol. 5, nº 12,** Quatro Irmãos, RS, 2010

SOUTO, M, T, . **Educação Inclusiva no Brasil.** Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande/PB,

STARK, M. **Desafios da educação inclusiva no Brasil.**2021. Disponível em: <https://www.pfzinho.com/desafios-da-educacao-inclusiva-no-brasil/> Acesso em 19 jun 2022.

YOSHIDA, S. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública.** 2018. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-na-escola-publica>. Acesso em 17 jun 2022